

GEOGRAFIA REGIONAL E PLANEJAMENTO RURAL: o papel do Censo Agropecuário¹

Mário Pires de Almeida Olivette²
Elizabeth Alves e Nogueira³

1 - INTRODUÇÃO

A avaliação do planejamento regional recente no Brasil, em especial nas áreas rurais, revela a situação de crise que se manifesta tanto na prática quanto na teoria.

Embora tenha que se reconhecer os avanços técnicos alcançados pelo setor rural em suas atividades-fins nas últimas décadas, em especial para os grandes projetos privados, o planejamento rural brasileiro parece ter se dedicado pouco na busca de metas que seria seu objetivo central, ou seja, implementar políticas eficientes para solucionar problemas essenciais das áreas rurais, por meio de um arcabouço de instrumentos de execução e normativos do poder público.

Ao analisar o planejamento local, observa-se sua incipiente influência na transformação do campo brasileiro, a bem da verdade as avaliações podem revelar o agravamento das desigualdades sócio-espaciais.

O lado “positivo” do setor rural⁴ está no aumento quantitativo da oferta de um restrito número de produtos para o consumo e, na acumulação e concentração de capital e terra, que é historicamente arraigado no desenvolvimento da sociedade brasileira; permanecendo pendentes questões sociais e o uso potencial da diversidade dos recursos naturais.

Como resultado, o cidadão, que deveria ser o objeto do progresso, transforma-se em meio, um recurso manipulado por um sistema econômico em que a satisfação de pequenas parcelas da sociedade é que prevalece. O almejado progresso econômico é justificativa para todos os males perpetrados ao indivíduo e, por

consequente, à sociedade, tornando-os meros consumidores, ou ainda, o que é pior, deixam-se de lado parcelas significativas de miseráveis que incontestavelmente ficarão à margem da sociedade durante sua existência.

“Do ponto de vista geográfico, o estudo da pobreza, ou dos seus lugares privilegiados, permite pelo menos outras duas abordagens. Uma leva em conta a situação do homem enquanto produtor, consumidor ou exclusivamente enquanto cidadão no interior de um espaço não-uniforme, onde o acesso aos mercados difere segundo a distribuição, dos custos e dos preços correspondentes. Temos aqui um esboço de interpretação, um princípio diretor para a construção da noção de pobreza: o da acessibilidade - que não é a mesma em toda parte. Tal abordagem não é suscetível de esgotar a questão, pois nela toda a população de um dada localidade é tomada em bloco, como se todos os indivíduos tivessem os mesmos papéis, as mesmas funções, as mesmas possibilidades e as mesmas rendas” (SANTOS, 1993, p. 86).

Um material de grande valia para estudos que visam detectar a heterogeneidade do espaço rural é o censo agropecuário periódico, o que não vem ocorrendo de forma satisfatória, em decorrência do grande espaço intercensitário (dez anos), na atualidade urge a necessidade de um maior aprofundamento nas investigações sobre o espaço do rural brasileiro, pois na última década, principalmente, ocorreram profundas mudanças no campo brasileiro.

Para os diferentes setores da sociedade isso significa *“que ser desinformado equivale a estar desarmado diante das mudanças tão rápidas que atingem a vida cotidiana de cada um. Esse ‘handicap’ não vem só. É acompanhado pelas dificuldades de acesso às fontes de poder, sem contar que num mundo tendente à concentração... as instâncias detentoras do máximo poder de decisão se acham condensadas nuns poucos pontos, se não num só. À medida que se vai descendo para a periferia (em termos de acessibilidade, e não em termos geométricos), as autoridades e as administrações com as quais se*

¹Registrado no CCTC, IE-63/2006.

²Geógrafo, Doutor, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

³Engenheira Agrônoma, Doutora, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola.

⁴Cabe ressaltar que os termos: agricultura; setor agropecuário; setor rural; agrário e agrícola são usados indistintamente neste artigo.

é obrigado a transigir detêm cada vez menos o prestígio e os meios para uma ação eficaz e rápida” (SANTOS, 1993, p. 86).

Esses aspectos é que balizam o objetivo deste trabalho que é expor alguns pontos do pensar a geografia regional e sua influência nos estudos rurais, tecendo considerações sobre a importância da realização de Censo Agropecuário brasileiro, mostrando a relevância das informações censitárias para o trabalho do geógrafo, as quais trazem subsídios de referência e servem para traçar um sistema para o planejamento estratégico, com vistas ao desenvolvimento mais próximo das reais necessidades do setor rural, pois permite analisar as influências históricas e econômicas acumuladas, e assim prospectar novos rumos quando necessário.

2 - A GEOGRAFIA RURAL⁵

Na geografia, os estudos sobre as atividades agrícolas buscam a compreensão da organização regional e suas causas e efeitos. Essas organizações evoluem segundo a influência da história e do meio natural e que se refletem nos arranjos sociais presentes⁶.

Conforme Andrade (1986, p.16) foi nos fins dos anos 50s⁷ do século XX que a preocupação com o social e econômico se acentuaram, “quando, ao período eufórico do pós-guerra, se-

⁵Conforme Diniz (1986), a Geografia Agrária é fundamentalmente econômica, já a Geografia Rural é mais ampla pois trata também das formas de povoamento, das questões demográficas mais profundas, das formas de ocupação não agrícola da terra rural e dos conflitos com a agricultura, das condições de vida das populações rurais e dos seus problemas. Para melhor compreender as diferentes concepções de geografia agrária ver artigo de Ferreira (2001), no qual a autora trata de sua conceituação e de sua periodização.

⁶No Brasil, o conhecimento científico iniciou-se nas primeiras décadas do século XX, tendo influência da geografia clássica de Ratzel e de La Blache (São Paulo), nos estudos de Delgado de Carvalho, e posteriormente, nos de Pierre Monbeig; no Rio de Janeiro Pierre Defontaine, nos pensamentos de Francis Ruellan, com predominância na década de 1960 das pesquisas regionais (ANDRADE, 1992, op. cit NOGUEIRA, 1998).

⁷Andrade (1986, p. 15), cita que “na década de 50, mais precisamente em 1956, o Brasil acolheu o XVIII Congresso Internacional de Geografia, promovido pela União Geográfica Internacional, que trouxe ao Rio de Janeiro centenas de geógrafos de países diversos. Esse congresso promoveu grandes excursões de brasileiros e estrangeiros, que percorreriam grandes áreas do território nacional, munidos de livros-guias, escritos por nacionais, abrindo uma possibilidade de cooperação entre instituições estrangeiras e brasileiras...”.

guiu-se uma crise econômica que levou o povo a pensar a viabilidade do Brasil como Nação, como Estado. Daí a preocupação com o planejamento econômico regional, com a criação de agências de desenvolvimento e com a tomada de posições ideológicas, diante da realidade nacional...”.

Nessa mesma década, os modelos agrícolas foram aplicados em decorrência dos desafios que a geografia vinha sofrendo para se afirmar como ciência; caracterizavam os modelos apenas por homogeneidades espaciais, não transmitindo o fruto das relações espaço-temporal, enquanto objeto de análise mais acurada. Assim, os modelos agrícolas foram sendo refutados pelos geógrafos mais interessados no objeto da geografia, principalmente contra a base estatística, pois os dados podiam não ser fidedignos e até comprometidos com regimes políticos, não respondendo sobre as relações entre uso do solo, população rural, produção, entre outras variáveis importantes a se considerar.

De acordo com Andrade (1977), a evolução do pensamento geográfico apresenta as mais diversas tendências, desde as que elaboraram modelos ideais que possam ser aplicados em qualquer situação, até aquelas que analisam a realidade, seguindo a *práxis* e selecionando os modelos que possam ser adaptados a cada caso, a cada desafio. Ele não se preocupa apenas com o estudo do espaço, tenta explicar a forma como o espaço geográfico foi produzido, em função de quais interesses e as conseqüências dessa produção sobre as estruturas sociais e sobre a acumulação de capital.

Nessa contemporaneidade, os jogos espaciais sugerem maior aprofundamento nas investigações sobre o espaço rural brasileiro, resultado de lutas sociais, políticas e econômicas entre os diversos atores da sociedade.

Busca-se conhecer as relações sociais nas áreas metropolitanas, onde a maior parte da população se encontra concentrada ocupando parcelas insignificantes do território brasileiro e que formam grandes mercados de consumidores. O afluxo a essas áreas é fruto de uma impressionante expulsão da população rural, como conseqüência de grande parte das monoculturas, pois o setor rural para atingir a finalidade de produção precisa dispor de áreas cada vez maiores, para tanto incorpora mais e mais parcelas de propriedades familiares. Assim, a análise geográfica desse quadro é delineada pela sua difusão e desigualdades espaciais.

Santos (1977) tece suas análises sobre o espaço social tomando a produção do espaço como objeto; o espaço social ou humano historicamente construído, fruto do trabalho e morada dos homens e de uma acumulação desigual no tempo é uma realidade e uma categoria de compreensão da realidade; o espaço, assim, deve ser visto como um campo de força, cuja energia é a dinâmica social, resultado da atividade produtiva do homem sobre a superfície terrestre.

Dessa maneira, a interrogação da realidade leva o geógrafo a aprofundar suas pesquisas não só por meio de literatura, estatísticas e trabalhos de campo, mas também buscar as causas dessas transformações endógenas e exógenas aos territórios rurais.

Para tanto, deve-se também investigar as correntes invisíveis como os circuitos econômicos, acesso ao crédito, mecanismos das empresas multinacionais, dedicadas à exploração agropecuária, e às ações políticas de parte do poder público.

Acrescentem-se às questões institucionais a necessidade de revisões teórico-metodológicas aos estudos rurais, tanto na visão mais radical de planos de reformas das lutas sociais como no contexto comportamental, com o compromisso de utilização mais racional dos recursos naturais, da preservação ambiental e das paisagens rurais.

A geografia regional brasileira, influenciada historicamente pela escola francesa, incorpora outras áreas do conhecimento como a história e a economia⁸, introduzindo à análise regional novos elementos (MORAES, 1984). Isso faz com que se retome a discussão das questões como a relação entre a sociedade e o solo, o Estado e o território, os recursos naturais e a atividade econômica, a produção do espaço e o trabalho humano, o espaço geográfico e as relações sociais e econômicas, a formação e a organização de uma sociedade, uma dada formação social.

Segundo George (1966), a geografia é a ciência capaz de estudar os problemas humanos no espaço terrestre. O espaço atual é a soma de dados adquiridos, de relações organizadas de ordem sucessiva; o objeto da geografia ativa é perceber as tendências e as perspectivas de evolução a curto prazo, medir em intensidade e em projeção espacial, as relações entre as tendências de desenvolvimento e seus antagonistas,

definir e avaliar a eficácia dos freios e obstáculos.

Conforme Carlos e Rossini, 1983 (citados por NOGUEIRA, 1999), para compreender o espaço deve-se considerá-lo como produto social concreto dado que, sendo a produção incessante e ininterrupta, o espaço não é algo pronto e acabado, está em contínuo movimento. É o resultado da matéria trabalho em sua totalidade, é exclusivamente dinâmico, pois o movimento jamais termina, especialmente porque se considera que a produção do espaço é fruto da existência humana, isto é, do trabalho humano. A partir da relação de trabalho - através do processo produção - a sociedade não só transforma o meio circundante em espaço produzido, como também se modifica nesse processo.

Essa mesma abordagem é realizada por Saffioti e Ferrante, 1984 (citados por NOGUEIRA, 1999), quanto ao fato de que, nas sociedades subdesenvolvidas, a produção do tipo capitalista tende a açambarcar os bolsões pré-capitalistas, quando a conjuntura exige a ampliação do mercado interno, monetarizando a renda dos trabalhadores desses setores e ampliando assim o seu campo de operação, para fins de realização da mais-valia. A força de trabalho, formada pela ação de contingentes humanos integrados em atividades não capitalistas, é absorvida pelo seguimento capitalista da economia, permitindo simultaneamente, a expansão desse setor e maior viabilidade de realização da mais-valia nele gerada.

Nessa ótica, a região deve ser compreendida como uma dimensão identificável, em que se pode estabelecer uma relação de grandeza constante, de fixação de limites e, ao mesmo tempo, variável e dinâmica, em movimento. Dessa forma, na análise regional deve-se incluir o movimento e a diferenciação do real, de como cada região se arranja internamente e como se relaciona com o espaço maior ao qual é subordinada e, ainda, como se relaciona com as demais regiões.

Dessa maneira, o paradigma contemporâneo alicerça-se na representação do espaço-sistema, um conjunto em constante interação. A geografia estabelece uma relação horizontal e vertical: espaço mundo/tempo mundo, da sociedade-natureza. Trata-se da emergência da produção de sistemas sociais que sobrevivem apropriando-se da natureza e organizando-se.

Para Souza, 1994 (citado por NOGUEIRA, 1999), no período histórico atual deve-se considerar o espaço geográfico como uma instância econômica e cultural-ideológica da sociedade; ad-

⁸Nogueira (1998) discutiu as interfaces da geografia com economia rural.

mite-se que a essência do espaço é social, o palco de fluxos e objetos ou de sistemas de objetos e de ações, moldados pela informação e, portanto, objeto do processo de planejamento em dois níveis: no mundo e no lugar, também entendido como região; para que esse planejamento possa melhorar as condições do espaço, da sociedade.

O pensar nos problemas da sociedade tem que estar relacionado ao espaço e ao tempo, onde as relações e as instituições existentes no passado podem permanecer, atuam no presente e se projetam no futuro. Concretiza-se a visão dialética do processo, com a renovação dos sentimentos religiosos e étnicos, em um momento histórico em que o mundo se prepara e vive as grandes organizações políticas e econômicas em larga escala.

3 - CONHECENDO O ESPAÇO BRASILEIRO: O IBGE

Um breve cenário da história da criação e função da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aqui realizado toma como referencial o texto de Andrade (1986, p. 14), *“órgão criado para dar suporte geográfico e estatístico ao Poder Nacional teve, inicialmente, preocupações de ordem geográfica, realizando o Recenseamento de 1940 - o quinto feito no país - em bases mais confiáveis que os anteriores e dirigido pelo italiano Giorgio Mortara. Também estabeleceu postos de coleta de dados estatísticos (agências) em todos os municípios brasileiros e instalou as estruturas para o levantamento do mapa do Brasil ao milionésimo e realizou estudos regionais e excursões sucessivas de seus geógrafos a áreas que despertavam maior interesse ao Governo. Uma de suas preocupações iniciais foi a redivisão territorial do país, assunto analisado pelo seu Diretor, em que se procurava fazer uma divisão territorial do Brasil com maior equilíbrio entre os Estados, tendo em vista a desigualdade territorial e econômica dos mesmos, herdada, em grande parte, das estruturas coloniais.*

O território nacional foi dividido em cinco grandes regiões geográficas, instituindo as mesmas para efeito de utilização de estatísticas. Estudos foram feitos em áreas de grande concentração de colonos de origem não lusitana, alemães e italianos do sul do Brasil, em áreas que seriam abertas ao povoamento e onde seriam implantadas outras colônias, em face da política de expansão do Oeste,

sobretudo em Goiás e Mato Grosso.

Foram feitos também estudos visando determinar o local onde deveria ser construída a futura capital do país, Brasília, o que veio se dar durante o Governo Juscelino Kubitschek (1955/60). Foi assim, o IBGE, sem nenhum caráter pejorativo, a instituição encarregada de fazer a Geografia do Poder⁹, que permitisse uma expansão do espaço econômico e social no espaço geográfico brasileiro...”

Os fundamentos legais que regem na atualidade o IBGE, na realização do censo agropecuário, obedecem a determinações da seguinte ordem: o IBGE é uma fundação pública, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que tem como missão retratar o Brasil, com informações necessárias ao **conhecimento da sua realidade** e ao **exercício da cidadania**, por meio da produção, análise, pesquisa e disseminação de informações de natureza estatística-demográfica e sócio-econômica, e geocientífica-geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental. Tem como competências:

- I) Propor a revisão periódica do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, criado pela Lei n. 5878 de 1973, após consulta à sociedade por meio da promoção das Conferências Nacionais de Estatística (CONFEST) e de Geociências (CONFEGE), a serem realizadas em intervalos **não superiores a cinco anos**;
- II) Atuar nos Planos Geodésico Fundamental e Cartográfico Básico, criados pelo Decreto-Lei

⁹Em seu livro Raffestin (1993, p. 69) analisa a importância dos recenseamentos para o Estado. Foi em torno do século XVIII que o recenseamento no sentido moderno do termo foi realizado na Europa, tendo como ponto comum entre todos os recenseamentos a vontade de conhecer os recursos humanos com que se podia contar. Foi a necessidade de conhecer a extensão, para organizar, resistir ou lutar. *“Nessa perspectiva, o que é um recenseamento? É uma informação sobre um estoque de energia. Uma energia que a organização estatal vai integrar em suas estratégias. Informação de grande valor, da qual não se pode duvidar, pois para obtê-la é necessário destinar custos quase sempre altos. Pode-se portanto avançar, sem com isso criar uma lei, visto que toda transformação de energia em informação significa que se destinou e esta última um preço elevado e, conseqüentemente, uma importância primordial. De fato, o recenseamento não é somente um conhecimento sobre um estoque de energia mas, levando-se em consideração o imposto e a conscrição que interessam ao Estado, vê-se que é exatamente isso, em primazia. Pra manter essa informação atualizada, é necessário renovar periodicamente a operação, de modo que se obtenha uma imagem não muito distante da realidade. Uma enorme diferença interditaria qualquer ação, por ser pouco coerente e contínua. Em outra palavras, trata-se de uma informação que se degrada e, por conseguinte, é necessário reinvestir para atualizá-la”(...).*

- n. 243, de 28 de fevereiro de 1967, e no Sistema Estatístico Nacional, mediante a produção de informações e a coordenação das atividades técnicas, em consonância com o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas (PGIEG), sob sua responsabilidade, instituído pela Lei n. 5878, de 1973, e aprovado pelo Decreto n. 74084, de 20 de maio de 1974;
- III) Acompanhar a elaboração da proposta orçamentária da União referente ao previsto no Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas. Como instituto de pesquisa o IBGE pode manter cursos de pós-graduação, de graduação e de treinamento profissional, desde que em áreas correspondentes àquelas de competência da Fundação IBGE e afins, observada a legislação educacional vigente e firmar acordos e outros ajustes, em áreas de sua competência e afins à sua missão institucional, a título gratuito ou oneroso, com entidades públicas ou privadas, preservadas na produção e uso das informações as concepções básicas estabelecidas, as normas técnicas e operacionais expedidas e o sigilo previsto em lei.

3.1 - Material

O censo agropecuário permite pelo material gerado caracterizar o espaço rural em função das variáveis inerentes das atividades agrícolas, pois esse levantamento possibilita obter informações e realizar comparações com os levantamentos anteriores, o que viabiliza, entre outros aspectos, analisar as influências históricas e econômicas acumuladas e observar as tendências, e assim corrigir/amenizar/redirecionar por meio do planejamento aspectos que não privilegiam a sociedade em geral. Algumas variáveis que são o material para estudos a partir dos dados censitários:

- Cadastro de propriedades, considerando características da propriedade, área, formas de apropriação (assentamento, compra, herança, arrendamento, etc.).
- Estatísticas de área, produção, rendimento, tecnologia empregada (insumos aplicados, tração animal, máquinas), valor da produção.
- Estatísticas sociais, tipo de mão-de-obra empregada (familiar, contrato, diarista, etc.), acesso a crédito, assistência técnica, saúde, educação.
- Conhecimento da continuidade e/ou descontinuidade de ocupação do solo, notadamente

em áreas de fronteira agrícola e tipificação das culturas e explorações da pecuária.

De posse das informações pode-se realizar pesquisa da tipologia agrária, forma de ocupação e da divisão do solo agrícola, da estrutura agrária por meio dos processos evolutivos de posse das terras e as pressões exercidas pela técnica e pela economia sobre o meio. É possível realizar estudos sobre a organização e destino que o Homem vem dando ao espaço rural, positivamente ou não.

Basicamente essas informações proporcionam conhecer melhor a realidade da sociedade rural quanto ao nível educacional, renda, força de trabalho, nível de integração dos pequenos e médios proprietários com o mercado, e ainda qual o estrato de área que tem maior acesso ao crédito e à assistência técnica nessa sociedade.

A sobreposição de mapas, obtidos por meio da aplicação da metodologia do Sistema de Informação Geográfica (SIG) e dos indicadores do uso de insumos agrícolas, possibilita detectar e identificar áreas críticas ou afetadas para cada tipo de insumo mais impactante (como os adubos químicos e pesticidas) em áreas com declividade e as próximas dos recursos hídricos. Isso permite observar que os aspectos espaciais, embora não evidentes por meio da simples manipulação de variáveis numéricas, podem ser associados a novas técnicas determinando-se suas potencialidades e vulnerabilidades; tais informações são de grande valor para análise, uma vez que a gestão ambiental e as demais variáveis sócio-econômicas devem estar atreladas ao desenvolvimento local e regional.

Sinteticamente, as informações obtidas do censo viabiliza a apreciação e julgamento da agricultura na economia geral da Nação. São indicadores imprescindíveis na formulação de programas nacionais, regionais e locais, sendo seu papel central para o planejamento macroeconômico (Estado) e microeconômico (agricultor ou empresário)¹⁰.

¹⁰Para o setor da pecuária, os números mais próximos da realidade do rebanho é fundamental para as empresas realizarem o seu planejamento, pois números inflados do rebanho podem fazer com que a indústria frigorífica monte unidades em regiões com oferta menor de animais do que o estimado; outro aspecto refere-se à indústria de insumos para a bovinocultura, como medicamentos e sais minerais, também colocam o planejamento em risco devido à incerteza das estatísticas. Enfim, são informações cruciais nesse momento, quando o país assume a liderança mundial nas exportações de carne bovina (ZAFALON, 2006).

4 - A ANÁLISE GEOGRÁFICA

Como exposto acima o ponto de partida para a realização de análise geográfica é o estudo da ocupação do solo. Para tanto, há necessidade de uma base de informações agrícolas para melhor avaliação da situação da agricultura no âmbito da economia nacional. A evolução da técnica e de tecnologias vem ampliando o campo de alternativas de produção, alicerçadas em bases empresariais crescentes, o que faz do levantamento censitário um elemento essencial na análise teórica e empírica do setor, e dá fundamentos à tomada de decisões dos diferentes segmentos da sociedade. São, portanto, informações indispensáveis na formulação de programas nacionais, regionais e locais, que viabilizam o planejamento prospectivo sobre o desenvolvimento futuro da Nação.

Como salienta Santos (1994, p. 48), para realizar a análise do espaço habitado tem-se a busca da *“explicação das transformações e passa pela compreensão dos grandes grupos de variáveis, que compõem o território, a começar pelos indicadores mais comuns a esse tipo de trabalho até os mais complexos, reveladores das grandes mudanças ocorridas no período técnico-científico¹¹ - tipologia das tecnologias, dos capitais, da produção, do produto, das firmas, instituições, intensidade, qualidade e natureza dos fluxos; captação dos circuitos espaciais de produção; peso dos compo-*

¹¹Sinteticamente, para Santos (1992, p. 25-27) existem cinco períodos históricos relevantes: primeiro - corresponde o aumento da capacidade de transporte e de comércio, que substituem agricultura como fator essencial do sistema; segundo - as cidades enriquecidas pelo comércio passam a dedicar-se a uma atividade que permitirá a instalação do segundo período, o da manufatura; terceiro - *“a chegada, com a industrialização, do terceiro período, constitui uma mudança brutal de situação. Através das precedentes etapas, a matéria-prima era local. Pelo fato de que a urbanização e a industrialização eram acompanhadas por um aumento de produtividade nas áreas rurais, a produção nacional de artigos de consumo era suficiente para o consumo interno. De toda forma, o transporte intercontinental não era, todavia, um transporte de massa, capaz de conduzir matérias-primas ou alimentos destes locais muito distantes”*; quarto - corresponde à segunda revolução industrial com a aplicação de novas tecnologias e novas formas de organização, não só a produção material, mas também quanto a energia e ao transporte, possibilitando maior dissociação de produção e consumo; quinto - período técnico-científico começa com o fim da Segunda Guerra Mundial, *“a tecnologia constitui sua força autônoma e todas as outras variáveis do sistema são, de uma forma ou de outra, a ela subordinada, em termos de sua operação, evolução e possibilidades de difusão. A tecnologia da comunicação permite inovações que aparecem, não apenas juntas e associadas, mas também para serem propagadas em conjunto. Isto é peculiar à natureza do sistema em oposição ao que sucedia anteriormente, quando a propagação de diferentes variáveis não era necessariamente encadeada.”*

nentes técnicos modernos na produção agrícola; expansão das agroindústrias; novas relações de trabalho no campo; etc. Tais variáveis são independentes, umas sendo causa e/ou conseqüência de outras não tendo, portanto, real valor se não analisadas em conjunto”.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao Estado compete a execução do Censo para a realização de planejamento, visando atingir as mais diferentes instâncias da sociedade.

Pelo exposto, para a análise geográfica, especificamente do setor agropecuário, é imprescindível o uso de dados estruturais e periódicos, uma vez que o modelo de desenvolvimento da agricultura vem gerando um meio rural extraordinariamente heterogêneo, atrelado a um tipo de agroindústria avançada e dinâmica. A competitividade internacional impõe a reestruturação produtiva e também coloca obstáculos crescentes para uma grande parcela de trabalhadores e produtores dado o sistema econômico vigente.

Essas mudanças somente podem ser detectadas e analisadas mais profundamente, com a realização de Censos Agropecuários sistemáticos, de modo a compreender a atual realidade do setor rural brasileiro e sua evolução no espaço e no tempo, permitindo responder algumas questões estruturais (por exemplo, do uso e posse da terra; da evolução do nível educacional) e conjunturais (por exemplo, das lutas sociais; da renda e dos efeitos edafoclimáticos).

Dessa maneira, espera-se que a previsão da realização do Censo Agropecuário para o ano de 2007 não fique apenas nas boas intenções mas que se torne realidade. Isso permitiria avaliar, conhecer e planejar o rural brasileiro, detectando áreas mais críticas - social, econômica e ambiental¹² - no processo de ocupação e exploração do território nacional, como apregoa

¹²Em função da grande dinâmica observada no meio rural nos últimos anos e da necessidade de retratar essa realidade. Além das perguntas habituais dos censos anteriores, provavelmente haverá um detalhamento maior das informações socioeconômicas dos produtores agropecuários, com a inclusão de variáveis que fornecerão indicativos sobre o meio ambiente e sustentabilidade agrícola, como o uso de agrotóxicos, e métodos alternativos de controle de pragas e doenças, recursos hídricos, práticas agrícolas, etc. Espera-se também divulgar dados por bacias hidrográficas, áreas indígenas, assentamentos, áreas de proteção ambiental e biomas (MINISTÉRIO, 2004).

os próprios fundamentos do IBGE, que tem como missão retratar o Brasil, com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania.

LITERATURA CITADA

ANDRADE, M. C. de. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 5-28, jun. 1977.

_____. **Tendências atuais da Geografia Brasileira**. Recife, PE.: Ed. Asa, 1986.

DINIZ, J. A. F. **Geografia da agricultura**. 2. ed. São Paulo: Difel 1986.

FERREIRA, D. A. de O. Geografia agrária no Brasil: conceituação e periodização. **Terra Livre**, São Paulo n. 16, p. 39-70, 1. sem. 2001.

GEORGE, P. **A geografia ativa**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA/Núcleo de Estudos agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD. Censo agropecuário mostrará estrutura da agricultura familiar. **Notícias Agrárias**, Brasília, n. 235, 31 maio/6 jun. 2004.

MORAES, C. R. **Geografia: pequena história crítica**, São Paulo: Hucitec 1984.

NOGUEIRA, E. A. A questão do espaço: as interfaces da geografia com economia rural. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 28, n. 5, p. 13-23, maio 1998.

_____. **Desenvolvimento regional, ocupação do espaço rural e o mercado de trabalho no sudoeste do estado de São Paulo**. 1999. 118 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia Letras, Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. S. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1993. 142 p.

_____. **Espaço e método**. São Paulo : Nobel 1992. 88 p.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1994. 124 p.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, jun. 1977.

SOUZA, M. A. O ensino da geografia na virada do século. In: O NOVO mapa do mundo natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 29-35.

ZAFOLAN, M. Sem censo, agropecuária vive “apagão estatístico”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 de out. 2006, Agrofolha.

GEOGRAFIA REGIONAL E PLANEJAMENTO RURAL: o papel do Censo Agropecuário

RESUMO: O objetivo deste artigo é expor o papel da geografia regional e rural e a importância da realização de Censo Agropecuário brasileiro, como instrumental de trabalho para o geógrafo em prol

da sociedade. Para tanto, são apresentadas considerações sobre a geografia regional vis-à-vis o planejamento e também a concepção do IBGE e a finalidade do Censo Agropecuário, visto o longo período intercensitário (dez anos), pois na atualidade urge a necessidade de um maior aprofundamento nas investigações sobre o espaço do rural brasileiro, onde na última década, principalmente, ocorreram profundas mudanças no campo brasileiro.

Palavras-chave: geografia regional, planejamento rural, censo agropecuário.

**REGIONAL GEOGRAPHY AND RURAL PLANNING:
the role of the Agricultural Census**

ABSTRACT: This article aims to explain the role of regional and rural geography, as well as the importance of the Brazilian Census of Agriculture as a working tool for geographers in benefit of society. To that end, it presents some considerations not only on regional geography vis-à-vis the Brazilian Instituto of Geography and Statistics (IBGE) planning and conception, but also on the purpose of its census of agriculture, each round of which covering a long ten-year period. The present scenario urges a comprehensive investigation of the Brazilian rural space, which has undergone significant changes over the last decade.

Key-words: regional geography, rural planning, agricultural census.

Recebido em 11/08/06. Liberado para publicação em 09/11/06.